

## RESUMO

Apresentação de uma visão integradora do Património cultural, atendendo em particular às experiências de novos usos sociais do Património arqueológico.

O autor propõe uma Arqueologia aplicada à gestão integrada do Património arqueológico, no contexto de políticas culturais integradoras do Passado e tendo por exemplo o território do Parque Arqueológico do Vale do Côa (que integra arte rupestre classificada de Património da Humanidade).

PALAVRAS CHAVE: Vale do Côa; Arte rupestre; Arqueologia da paisagem; Gestão do Património.

## ABSTRACT

Presentation of a comprehensive view of cultural Heritage, mainly regarding the new social uses of archaeological heritage.

The author defends that Archaeology must be considered when strategic Heritage management decisions are taken. He further claims that our knowledge of the Past should be taken into account when cultural policies are established, giving the example of the Côa Valley Archaeological Park, which includes Rupestral art that has been classified as World Heritage.

KEY WORDS: Côa Valley; Rupestral art; Landscape Archaeology; Heritage Management.

## RÉSUMÉ

Présentation d'une vision intégratrice du Patrimoine culturel, prêtant en particulier attention aux expériences de nouveaux usages sociaux du Patrimoine archéologique.

L'auteur propose une Archéologie appliquée à la gestion intégrée du Patrimoine archéologique, dans le cadre de politiques culturelles intégratrices du Passé et prenant en exemple le territoire du Parc Archéologique de la Vallée du Côa (qui intègre l'art rupestre classé au Patrimoine de l'Humanité).

MOTS CLÉS: Vallée du Côa; Art rupestre; Archéologie du paysage; Gestion du patrimoine.

<sup>1</sup> Arqueólogo ([arqconsulting@gmail.com](mailto:arqconsulting@gmail.com)).

[texto entregue para publicação em Dezembro de 2009, com revisão pontual em Março de 2012]

# Preservar a Memória da Paisagem

## a acção do Parque Arqueológico do Vale do Côa

José Paulo Francisco <sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

**P**retende-se apresentar uma visão integradora do Património cultural, que pode ser utilizada para experimentar novas referências de uso social do Património arqueológico. Partindo do pressuposto de que existe uma realidade “subjectiva”, em que a paisagem não existe se não através do observador, e que é a cultura, no entanto, que gera e ao mesmo tempo é gerada pela organização social, a responsável pela forma e sentido da paisagem, utilizamo-la como um instrumento, um modelo para analisar, actuar ou justificar uma acção e, desta forma, entendemos a paisagem como território percebido na sua configuração formal, como traço da sociedade sobre a natureza e as paisagens anteriores. Daqui parte, justamente, o entendimento da paisagem como Património, facto que tanto aproxima as políticas paisagísticas e do Património cultural.

Na actualidade, os processos de valorização do Património arqueológico são constituídos por políticas multifacetadas, que integram disciplinas como a Economia, a Arqueologia, a Geografia, entre outras, e que consideram que o Património tem uma ordem social de primeira dimensão.

Falamos de sistemas culturais territoriais, em que a protecção e conservação fazem parte de um complexa relação, materializada através da elaboração de instrumentos metodológicos para a valorização do Património arqueológico na planificação do desenvolvimento local sustentável.

A gestão integrada proposta, parte do princípio que a utilização social do espaço implica uma acção paisagística e, assim, reivindicamos a integração da paisagem nas políticas territoriais de gestão patrimonial, bem como a consolidação de um conceito integrador, tal como propõe a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000).

Propomos assim uma Arqueologia patrimonial, que converta a Arqueologia numa ciência aplicada para a gestão integral do Património arqueológico, e apresentamos a possibili-



lidade da sua aplicação no âmbito das políticas culturais que actuam, não só sobre os testemunhos do passado, mas também sobre a criação contemporânea no território do Parque Arqueológico do Vale do Côa.

## ARQUEOLOGIA PATRIMONIAL

No âmbito do planeamento e ordenamento do território, podem desenvolver-se propostas em relação com o Património cultural, partindo de princípios básicos:

- A adesão às recomendações internacionais ditadas pela UNESCO, em relação ao Património cultural;
- A assumpção dos recursos patrimoniais arqueológicos, em primeira medida para a sua protecção e desenho de planos de actuação;
- A obrigação de realizar programas de actuação que contemplem estratégias globais de desenvolvimento, considerando como factor positivo a visão integral dos recursos culturais e o estabelecimento de princípios que facilitem a coesão social e territorial.

Para isso, devem gerar-se expectativas racionais que permitam conjugar os campos de actuação científico, social e económico, na consciencialização de que a gestão integral do Património arqueológico deve contribuir para o desenvolvimento local sustentável.

Estas transformações criam um desafio à Arqueologia, que vai muito além do tradicional estudo das estruturas da paisagem, envolvendo

necessariamente um cenário de transformação da disciplina, se quiser participar nos desafios da sua gestão, enquanto metodologia para o estudo das alterações contínuas destas paisagens no espaço, ao longo do tempo.

O interesse cada vez maior do Património cultural e o peso que o Património arqueológico possui neste contexto, aliado ao facto de a Arqueologia ser uma das disciplinas com maior capacidade para o seu estudo e gestão, justificam o seu estatuto na participação dos debates sobre a identidade e a memória, o presente e o passado, o espaço e o tempo.

A nossa proposta alinha com as posições que levam, por um lado, a reconsiderar a possibilidade de abdicar um pouco do tempo para ganhar o espaço, e, por outro, a redefinir a Arqueologia como “*Tecnologia de Gestão do Património Cultural*” (CRIADO BOADO 2001: 36), em resposta à necessidade de criar metodologias que, actuando a partir da Arqueologia e através da integração da cultura material do registo arqueológico, permitam a construção dos processos sócio-culturais da realidade contemporânea, pela integração positiva da prática arqueológica e da cultura material, rumo a uma construção social do Património arqueológico, numa objectivação material do que se recorda que assuma a condição de que não é possível conservar tudo, pacificando assim a relação entre os vestígios do passado e a construção do futuro e reconhecendo que o ultra conservacionismo tem sido uma posição nada favorável aos arqueólogos e à Arqueologia.



Esta proposta coloca-nos, perante várias questões:

- Como gerir esse Património, com que recursos, que critérios utilizar para conservar este sítio arqueológico em detrimento de outros?
- Como se concilia esta ampliação do conceito de Património arqueológico com a contenção do gasto público, com o “emagrecimento” do Estado?
- De que modo pode a iniciativa privada cobrir este espaço?

Neste contexto, não parece haver outro caminho se não insistir na “revalorização do património cultural”, ou seja, na sua valorização através de uma estratégia orientada no sentido da reconversão das entidades patrimoniais em recursos culturais, bens públicos para actividades sociais, de ócio, turismo, desenvolvimento comunitário e empresarial.

O conceito de Património arqueológico, entendido enquanto acervo de bens susceptíveis de serem estudados com metodologia arqueológica, oferece, do ponto de vista metodológico e pragmático, possibilidades para os arqueólogos e para a reconfiguração da Arqueologia como actividade liberal e profissional, bem como para a pacificação de alguma crispação existente dentro da disciplina e entre os seus diversos agentes, que permita ensaiar uma gestão arqueológica do Património cultural.

Assim, entendemos a “arqueologia como tecnologia de gestão integral do património cultural”, e a sua aplicação no âmbito do planeamento do território como um “saber-fazer” para tratar das necessidades actuais e sociais do Património, nomeadamente o seu inventário, estudo e valorização, para além da investigação básica, como conhecimento aplicado para desenhar um modelo de gestão do mesmo, ou seja, como um “saber-poder” para satisfazer as necessidades sociais do direito ao Património.

## PLANIFICAÇÃO INTEGRADA DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO NO TERRITÓRIO: O CASO DO VALE DO CÔA

No entanto, precisamos de referências pragmáticas, pelo que apresentamos o exemplo do Parque Arqueológico do Vale do Côa na planificação integrada do Património arqueológico no território, através de uma prática arqueológica enquanto conhecimento que identifica problemas, realiza o seu diagnóstico e oferece respostas. Investigação prática e orientação aplicada marcam o seu quadro de referência e o espaço concebido como território leva a que, mais do que uma investigação cronológica, a sua actividade procure uma compreensão espacial, formal e diacrónica do registo arqueológico.

Pretendemos desta forma desenvolver um programa sistemático e integral de investigação, baseado na Arqueologia da Paisagem e orientado para a gestão do Património cultural através da Arqueologia, para que esta possa ter um papel nas dinâmicas de construção e trans-

formação da realidade presente, através da plena inserção nas políticas de gestão do meio ambiente, ordenamento do território e desenvolvimento local.

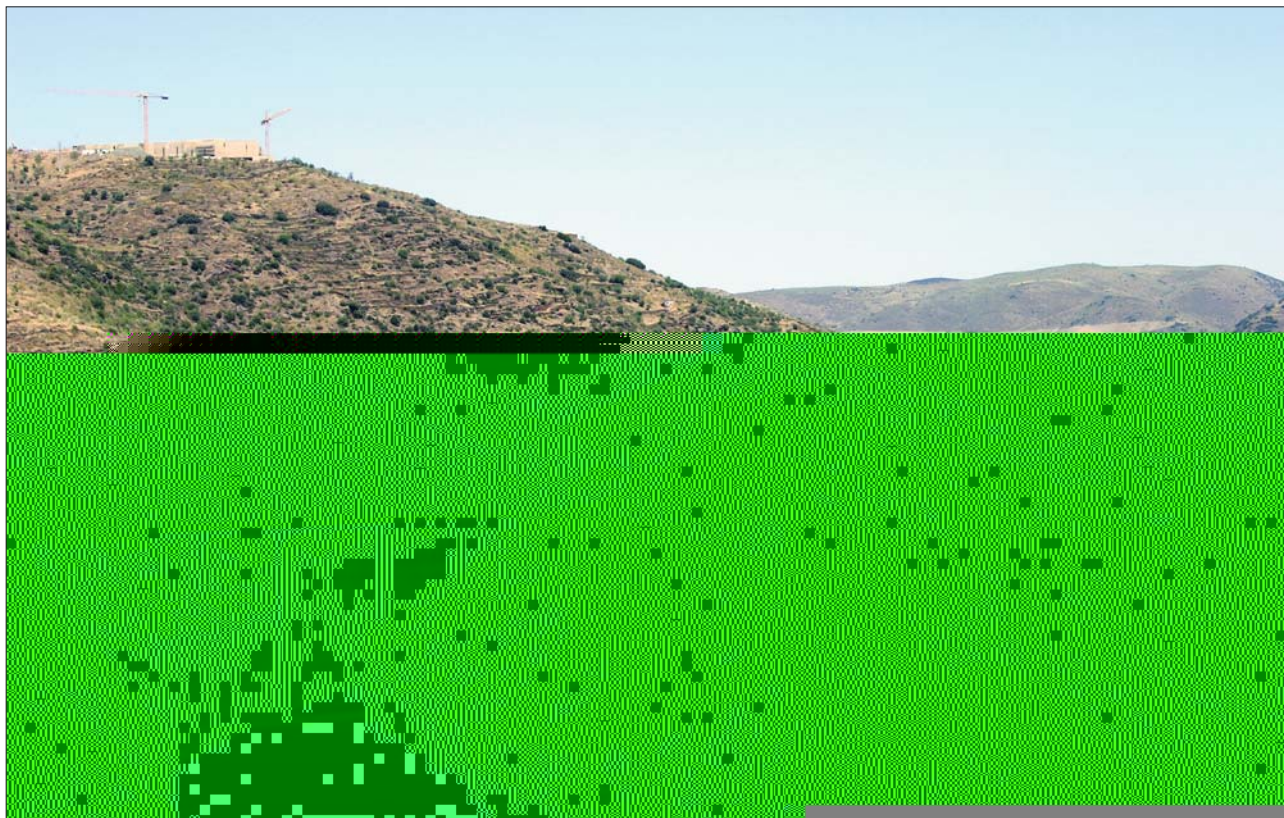
A paisagem como valor natural e cultural, resultado da interacção dos seres humanos com o meio que os rodeia (físico, biótico), é um sistema de influência mútua, pelo que a Arqueologia da Paisagem introduz um conceito de paisagem como figura histórica, arqueológica e de gestão, passando a paisagem, através do seu valor histórico-arqueológico, a ser tratada como um documento histórico. Os vestígios das actividades passadas sedimentam-se na paisagem, sendo, por isso, fonte de informação arqueológica, enquadrando-se nas políticas de gestão territorial, patrimonial e cultural, pelo que consideramos de grande interesse a interligação operacional da Convenção Europeia de Protecção do Património Arqueológico Revista (La Valetta, 1992), com a Convenção Europeia da Paisagem (Florença, 2000).

Conscientes de que a paisagem representa uma componente fundamental do Património cultural e para a consolidação da identidade, reconhecendo que as evoluções das técnicas do ordenamento do território e urbanismo permitem minimizar os impactes negativos da transformação das paisagens, e desejando responder à vontade das populações de usufruírem da preservação da sua memória, implicando a sua protecção e a gestão de direitos e responsabilidades para cada cidadão, reivindicamos o entendimento da paisagem como Património, facto que tanto aproxima as políticas paisagísticas com as do Património cultural.

Esta linha de acção – Arqueologia da Paisagem orientada para o estudo da paisagem, concebida como objectivação sobre o meio de práticas sociais de carácter material e imaginário, e Arqueologia aplicada como prática social para a produção e socialização do Património arqueológico (CRIADO BOADO 2005) –, leva-nos a trabalhar em torno dos conceitos definidos na Convenção Quadro do Conselho da Europa, sobre o valor do Património cultural para o desenvolvimento da sociedade (Faro, 2005), tais como:

- A necessidade de colocar a pessoa e os valores humanos no centro de um conceito alargado de Património cultural;
- O direito ao Património cultural é inerente ao direito de participar na vida cultural;
- A sua utilização sustentável tem por fim o desenvolvimento e a qualidade de vida, incluindo aqui todos os aspectos referentes ao meio ambiente resultantes da interacção entre as pessoas e os lugares através do tempo, para chegar ao conceito de “comunidade patrimonial”, composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do Património cultural, que desejam, através da iniciativa pública, conservar e transmitir às gerações futuras.

E esta é, sem dúvida, uma responsabilidade da prática arqueológica em contexto de Arqueologia pública: incentivar as pessoas a participar no processo de inventário, estudo, *interpretação*, conservação e apresentação ao público do Património cultural.



A ciência é um discurso que dá sentido aos dados empíricos e não uma forma de extrair desses dados qualquer suposto sentido empírico e, deste modo, a tecnologia constitui a dimensão social da ciência. Esta noção de tecnologia como um “saber-fazer” da nossa disciplina, permite transformar o seu saber absoluto num processo construtivo de inovação social.

A inovação é um factor de importância fundamental no sector público. A inovação social refere-se a valores sociais, tais como: a intervenção social, a qualidade de vida, a solidariedade, a participação dos cidadãos, a qualidade do meio ambiente ou o nível educativo de uma comunidade (ECHEVERRÍA 2008: 610).

O objectivo da nossa proposta é que esta reorientação da nossa disciplina contribua para incrementar o grau de satisfação dos cidadãos relativamente à mesma, através de um processo construtivo do conhecimento arqueológico que possibilite a inserção deste debate nas linhas propostas pela Comissão Europeia, no âmbito do Ano Europeu da Criatividade e Inovação - 2009: Inovação no sector público.

A gestão integral do Património arqueológico, enquanto processo de inovação social de carácter cultural, deve ser medida e quantificada através do tempo que a comunidade patrimonial dedica a estas actividades inovadoras, já que o êxito de um processo de construção social do conhecimento arqueológico depende do grau de aceitação social destas iniciativas.

Os processos de inovação social e cultural podem, de igual forma, ser medidos através do investimento que uma determinada administração realiza para a satisfação das necessidades dos cidadãos em relação aos valores sociais culturais, tais como; os bens que constituem o Património arqueológico.

Enquanto a apropriação social, manifestada pelo uso dos elementos do Património arqueológico, medirá os índices de êxito da prática arqueológica em contexto público, convertendo a administração central em entidade produtora de serviços de âmbito cultural, a transferência de conhecimento entre os diversos serviços com intervenção no planeamento territorial, possibilitará a eficácia e o êxito do modelo de gestão integrada do Património cultural proposto.

### O TERRITÓRIO DO PARQUE ARQUEOLÓGICO DO VALE DO CÔA - “*LIVING LAB*”

O território do Parque Arqueológico do Vale do Côa poderá constituir um autêntico “*living lab*”, através da metodologia de investigação proposta, que permitirá testar, validar e readaptar soluções, num contexto em constante transformação: a sua paisagem, enquanto ponto de encontro entre a investigação académica, as empresas, a administração e a sociedade, criando uma relação contínua entre os diversos actores, que permitirá a realização de projectos conjuntos.

Trata-se, pois, de uma proposta que permitirá à prática arqueológica englobar o fenómeno da inovação social e cultural, onde participarão todos os actores que compõem o processo de gestão integrada do Património cultural, dentro de um marco conceptual que considera os cidadãos como co-autores da construção social desse Património.

Estudar a paisagem arqueológica é conhecer as transformações da paisagem ao longo dos milénios, como processo social. Os estudos de Arqueologia da Paisagem devem ser um meio para uma melhor compreensão do nosso passado.

Na realidade, o seu estudo permite entender melhor o passado e permitirá construir melhor o presente. As paisagens arqueológicas formam parte fundamental do nosso Património cultural, como realidade com um valor estético e documento histórico.

## GESTÃO PATRIMONIAL DAS PAISAGENS

No ano de 1995, o Conselho da Europa definia a paisagem como “*uma manifestação formal das múltiplas relações que existem entre uma pessoa e uma sociedade como um espaço topograficamente definido durante um período de tempo determinado*”. Ou seja, a configuração actual da paisagem é o resultado da acção, ao longo do tempo, de factores naturais e humanos, recomendando a conservação dos lugares culturais.

No ano de 2000, a *European Landscape Convention* reconheceu a paisagem europeia como uma realidade que se deve proteger e, neste âmbito, de acordo com as propostas da *Europae Archeologiae Consilium*, deve ser, por um lado, impulsionado um reconhecimento legal do carácter arqueológico da paisagem, e, por outro, levadas a cabo em todos os países europeus políticas direccionadas para o estudo, a protecção, e a divulgação do conhecimento das paisagens arqueológicas, produzidos pela Arqueologia da Paisagem.

Neste mesmo sentido, em 2005, a *Generalitat de Catalunya*, aprovou a Lei de Protecção, Gestão e Ordenamento da Paisagem, que afirma que as paisagens são o resultado de uma longa acção humana, e conclui valorizando a paisagem como Património cultural e histórico.

De acordo com esta legislação, as paisagens têm de ser geridas através de catálogos de paisagem, elaborados a partir de um estudo da sequência evolutiva da paisagem, devendo identificar as primeiras paisagens culturais, assim como as formas e estruturas de paisagens arqueológicas que se conservaram até aos nossos dias.

A paisagem arqueológica, como realidade fundamental do nosso Património, da qual se deve ter um conhecimento através da investigação dentro desta perspectiva integral, necessita de um marco jurídico que permita a sua conservação, assim como de centros de investigação que possibilitem a implementação no nosso País desta linha de investigação, tendo como objectivo a transferência e transmissão de conhecimentos, com vista a uma gestão adequada das paisagens culturais, e a concretização de um trabalho de consciencialização social que dê conta da importância que tem, como Património, a paisagem arqueológica que todos os dias destruímos.

A Arqueologia da Paisagem constitui um programa de investigação em Arqueologia que permite explicar os sítios arqueológicos no seu contexto espacial, reconhecendo que a paisagem se foi transformando ao longo do tempo, e que estes sítios não são mais do que elementos dessas paisagens, e, ao contrário de muitos dos seus críticos, esta linha de investigação não constitui a eliminação do tempo, mas a sua parcial absorção pelo espaço.

Partindo do exame da paisagem, a nossa pretensão é integrar os sítios arqueológicos no seu contexto e estabelecer a relação que têm com o meio, pelo que temos a necessidade de interligação com várias disciplinas.

O desenvolvimento da Arqueologia da Paisagem está ligado às novas exigências sociais da planificação do espaço. É precisamente essa projecção social que nos permite passar da investigação à gestão patrimonial das paisagens, através desta visão histórica da paisagem, a partir da qual esta se pode converter num recurso económico, baseado no turismo interpretativo.

## O PAPEL DO PARQUE ARQUEOLÓGICO NO PLANEAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

O Parque Arqueológico do Vale do Côa (PAVC), foi criado enquanto serviço do ex-Instituto Português de Arqueologia I.P., através do Decreto-Lei n.º 117/1997, de 14 de Maio, que aprova a orgânica deste instituto público e define como objectivos fundamentais do PAVC a gestão, a protecção, a musealização e a organização para visita pública dos monumentos incluídos na zona especial de protecção do Vale do Côa. Por seu turno, o Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, que estabelece a forma de criação e gestão de Parques Arqueológicos, vem dizer, na alínea 1) do Art.º 6.º, que os parques arqueológicos dispõem obrigatoriamente de um plano especial de ordenamento do território, que adiante se designa por plano de ordenamento de parque arqueológico.

A alínea 3) do mesmo artigo vem definir o regime aplicável – “*À elaboração, aprovação e execução dos planos de ordenamento de parque arqueológico aplica-se o regime relativo aos planos especiais de ordenamento de território previsto no Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com o conteúdo material e documentais definidos nos artigos seguintes*” –, sendo que a alínea 6), define parque arqueológico – “*Entende-se por parque arqueológico qualquer monumento, sítio ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrados num território envolvente marcado de forma significativa pela intervenção humana passada, território este que integra e dá significado ao monumento, sítio ou conjunto de sítios cujo ordenamento e gestão devem ser determinados pela necessidade de garantir, a preservação dos elementos arqueológicos existentes*” –, enquanto a alínea 7) nos dá a definição de território envolvente – “*o contexto natural ou artificial que influencia estática ou dinamicamente, o modo como o monumento, sítio ou conjunto de sítios é percebido*”.

A Lei de Bases do Património Cultural (a Lei n.º 107/2001, de 8 de Setembro), no seu artigo 6.º alínea C, fala da coordenação, articulando e compatibilizando o Património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos ou privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de am-





biente, de educação e formação e de apoio à criação cultural e turística.

O Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Setembro, que estabelece as bases da política de ordenamento do território e urbanismo, no seu artigo 15.º alínea 1, diz que os elementos da história da ocupação e do uso do território que assumem interesse para a memória e identidade são identificados nos instrumentos de gestão territorial, mas observamos que, apesar desta orientação, o Decreto-Lei n.º 131/2002 não foi contemplado na sua redacção.

Assim, como, apesar de ser entendido inicialmente como um Plano Especial de Ordenamento do Território (PEOT), a figura de parque arqueológico não se materializou numa figura jurídica de planeamento do território, o PAVC não se consubstancia em entidade territorial, dado não existir o Plano de Ordenamento do Parque Arqueológico que lhe atribuiria juridicamente a sua área geográfica, e possibilitaria exercer sobre a área abrangida o direito de fixar condicionamentos ao uso, ocupação e transformação do solo na sua área jurisdicional.

Os objectivos dos Parques Arqueológicos, segundo a Decreto-Lei n.º 131/2002, de 11 de Maio, são:

- Proteger, conservar e divulgar o Património arqueológico;
- Desenvolver acções tendentes à salvaguarda dos valores culturais e naturais existentes na área do PA;
- Promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações e comunidades abrangidas.

Em matéria de gestão do território, os Parques Arqueológicos, segundo a Lei de Bases do Património Cultural, devem “assegurar o ordena-

*mento e gestão dos PAs, pelo que a administração competente deve, nos termos da lei, elaborar um Plano Especial de Ordenamento do Território-PEOT.*

Ora, talvez seja esta a resposta à questão da não criação efectiva do Parque Arqueológico do Vale do Côa, uma vez que os PEOTs são um instrumento apenas para a salvaguarda dos recursos naturais, e não culturais, segundo o Decreto-lei n.º 316/2007, de 22 de Setembro. No entanto, de Fevereiro de 1999 a Agosto de 2001, através do Decreto-lei n.º 50/99, de 16 de Fevereiro, parte dos Planos Directores Municipais (PDM) dos concelhos de Vila Nova de Foz Côa, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Meda foram suspensos, sendo necessário um parecer do PAVC para a execução das medidas preventivas, no respeitante à alteração da morfologia dos terrenos e ao licenciamento de construções em áreas determinadas.

Apesar desta iniciativa e da subsequente prorrogação, através do Decreto-lei n.º 95/2001, de Março de 2001, que, durante seis meses, prolongou a acção do PAVC nas suas funções de gestão territorial, os PDM das referidas autarquias entraram novamente em vigor em Agosto de 2001, deixando este serviço do Ministério da Cultura de exercer competência sobre o território.

Face ao exposto, em Dezembro de 2003, o ex-Instituto Português de Arqueologia I.P. apresentou finalmente uma candidatura ao Ministério da Cultura, visando a criação do PAVC. Tendo decorrido a fase de consulta pública, não foi, no entanto, tomada qualquer decisão por parte deste organismo. Desde o início da redacção deste texto, Março de 2009, até ao presente momento, Março de 2012, ocorreram alterações de fundo, tais como a criação, em 8 de Março de 2011,

da Cõa Parque - Fundação para a Salvaguarda e Valorização do Vale do Cõa, com os respectivos estatutos (Dec.-Lei n.º 35 de 2011). Segundo o referido Decreto-Lei, a Cõa Parque tem como objecto “*gerir e coordenar o Museu do Cõa e o Parque Arqueológico do Vale do Cõa (PAVC) e explorar os seus recursos complementares*”.

Face ao exposto, reivindicamos a urgente elaboração do documento final que servirá de base técnica para a promulgação do Decreto Regulamentar pelo Conselho de Ministros, efectivando a criação do PAVC e a aprovação do seu Plano de Ordenamento.

Os nossos argumentos são de que o plano de ordenamento e a criação efectiva do Parque Arqueológico do Vale do Cõa podem substanciar um plano de desenvolvimento, acrescido ao facto de que, sem este, a gestão do parque (que não possui um plano de gestão, como sugerido pela recomendação da UNESCO para os sítios classificados e integrantes da Lista de Património Mundial, que a arte rupestre e outros elementos classificados como Monumento Nacional no Vale do Cõa integram desde 2 de Dezembro de 1998), não poderá alcançar o objectivo proposto, de promover o desenvolvimento económico e a qualidade de vida das populações.

#### OS DESAFIOS DA FUNDAÇÃO CÕA PARQUE COMO ENTIDADE PROMOTORA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL

O Património cultural, e nomeadamente o arqueológico, é no presente, dentro do âmbito europeu, objecto de acções que têm por objectivo o desenvolvimento de territórios, assentes na premissa de que a valorização do Património se deve abrir às questões humanas, sociais, políticas e a novas formas de resposta por parte da economia de mercado.

A diversidade de formas e de usos permite ver o Património cultural de maneira diferente, e convida a comparar os seus usos à escala internacional, assim como a estudar concretamente as reivindicações patrimoniais nos diferentes territórios europeus e mundiais.

Como? Porquê? Com que ferramenta poderá utilizar-se o património da área do PAVC, ou seja, como o podemos instrumentalizar com o objectivo de este se traduzir no motor de desenvolvimento regional? Como pode este debate incorporar as questões sociais e políticas do território, porque a referência ao Património de excelência paisagística (nomeadamente do concelho de Vila Nova de Foz Côa, em que parte do seu território se encontra de igual modo abrangido pela classificação de Paisagem Cultural pela UNESCO) se traduz na actualidade em algum pessimismo por parte das populações e comunidades locais? Como seguir adiante e cumprir os objectivos estabelecidos aquando da sua criação?

A resposta a estas questões passa pela incorporação definitiva por parte do seu gestor(a) de formas de análise que problematizem a relação

entre o Património cultural, os anseios do território e os modelos de desenvolvimento, inserindo-se na noção de desenvolvimento sustentável e redefinindo as acções de “patrimonialização” dentro das políticas da sustentabilidade.

Ou seja, a questão económica deve ser fundamental neste processo, através do estabelecimento de indicadores que permitam uma evolução do conceito de gestão do Património cultural e a sua adaptação a novos paradigmas, mas também a questão territorial, uma vez que o Património cultural deve ser uma referência de *marketing* territorial, na gestão do espaço e na construção de uma referência atractiva nas diversas regiões do mundo, em resposta à sua classificação como Património Mundial.

Por último a questão da identidade. O Património cultural deve favorecer a construção da identidade colectiva do território e participar na transformação da vida quotidiana, através de uma redefinição da vida das populações, assente na multifuncionalidade da paisagem, reconhecida pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 116/2006 – “*A secular vocação vitivinícola, o Douro tem vindo a associar mais recentemente, o aproveitamento das suas reconhecidas potencialidades no sector do turismo, reforçadas nos últimos anos, com a classificação como património mundial de duas significativas áreas do território: a paisagem cultural, evolutiva e viva do Alto Douro Vinhateiro e as gravuras rupestres do Vale do Cõa*”.

Este diploma cria a Estrutura de Missão para a Região Demarcada do Douro, na dependência do ex-Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, e tem na sua missão como objectivos:

- Acompanhar e zelar pelo cumprimento das exigências decorrentes do Plano Intermunicipal de Ordenamento do Território do Alto Douro Vinhateiro (PIOTADV) e da classificação da paisagem cultural e viva do Alto Douro Vinhateiro como Património mundial, numa perspectiva de salvaguarda dos valores paisagísticos, ambientais e culturais em presença;

- Colaborar com o Instituto de Turismo de Portugal na implementação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro, garantindo, junto dos diversos promotores, que as infra-estruturas, equipamentos, tipos de unidade e serviços turísticos a instalar, potenciem o desenvolvimento local e se concretizem, no respeito pelas características específicas do território.

O Piotadv é um instrumento de gestão da paisagem cultural que articula a estratégia e coordena as iniciativas intermunicipais de valorização do Património natural e cultural, no qual se insere parte do território do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

A articulação do Plano de Desenvolvimento Turístico do Douro com o Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Cõa, em fase de implementação pela Associação de Municípios do Vale do Cõa, deverá constituir uma oportunidade fundamental para reorientar o modelo de gestão do Parque Arqueológico do Vale do Cõa, *no sentido da*

gestão turística do património natural e cultural, do qual somos defensores.

A requalificação desta zona rural por via do Turismo exige uma visão holística que, mediante a análise realizada, podemos constatar existir no presente; porém, a acção do PAVC vê-se limitada pela falta de identidade territorial.

O PAVC deve ser criado como entidade territorial, dentro do conceito de área protegida de 3ª geração, promovendo a conectividade em rede do espaço de conservação, em integração com as comunidades humanas e tendo presente a necessidade de atracção do desenvolvimento económico, como factor de energia para a conservação. A criação desta área protegida deve visar a criação de valor.

O Turismo e o Lazer, em particular a sua visitação, têm vindo a atribuir uma crescente importância às áreas protegidas, ainda que reconheçamos que as actividades agrícolas e florestais são essenciais para a protecção e conservação da natureza, bem como para a fixação e desenvolvimento das comunidades autóctones, que só poderá ser alcançada através do incremento de actividades económicas nas áreas protegidas, consideradas como elemento fundamental para a conectividade da paisagem e a integridade ecológica, assim como para a sua própria conservação.


O Vale do Côa possui uma Zona de Protecção Especial (ZPE-Vale do Côa), inserida na Rede Natura 2000, classificada pelo Decreto-lei n.º 384-B/99, de 23 de Setembro de 1999, englobando parte dos concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo, Meda, Pinhel e Vila Nova de Foz Côa, correspondendo fundamentalmente à bacia do troço fi-

nal do Rio Côa, parcialmente inserida na região do Douro Vinhateiro.

A ZPE-Vale do Côa constitui uma importante área para a avifauna rupícola, pelo que a orientação do Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade I.P. para a gestão desta ZPE, considera fundamental a manutenção do conjunto de actividades agropecuárias tradicionais, nomeadamente a cerealicultura e a silvo-pastorícia, dirigidas fundamentalmente para conservação das aves rupícolas.

A interacção do Património natural com o Património cultural, através de um novo modelo de gestão, adequado a uma lógica de prestação de serviços e de remuneração de valor entregues à comunidade, poderá reconverter o Parque Arqueológico do Vale do Côa e, através de uma postura pró-activa, dar-lhe a visibilidade que até ao presente não foi conseguida, pela ausência de uma noção de mercado e de remuneração de valor, que teve como resultado o empobrecimento da oferta, que vive focada, essencialmente, na legitimidade do Estado enquanto financiador.

A alteração do modelo de gestão, posicionado na proposta de valor, como meio imperativo para o desenvolvimento de actividades de suporte à conservação, obriga à sua reconversão a uma lógica de mercado e de prestação de serviços, onde se exige flexibilidade e o ajuste contínuo à realidade envolvente.

A ligação entre o meio cultural, económico e sociológico desta futura área protegida deverá ser realizada directamente, através da oferta turística integrada e pela ligação aos canais de distribuição de produtos turísticos, que permitirá reforçar a sua visibilidade e imprimir outra dinâmica à economia regional. 

## BIBLIOGRAFIA

- BAPTISTA, A. M. (1999) – *No Tempo Sem Tempo. A arte dos caçadores paleolíticos do vale do Côa, com uma perspectiva dos ciclos rupestres pós-glaciares*. Vila Nova de Foz Côa: Parque Arqueológico do Vale do Côa.
- BAPTISTA, A. M. (2009) – *O Paradigma Perdido: o Vale do Côa e a arte paleolítica de ar livre em Portugal / Paradigm Lost. Côa Valley and the open-air paleolithic art in Portugal*. Porto: Ed: Afrontamento / PAVC.
- CORTINA, A. e BUSQUETS, J. (2009) – *Manual de Protección, Gestión y Ordenación del Paisaje*. Barcelona: Editorial Ariel.
- CRÍADO BOADO, F. (1999) – *Del Terreno al Espacio: planteamientos y perspectivas para la Arqueología del Paisaje*. Santiago de Compostela: Laboratorio de Arqueología y Formas Culturales USC (CAPA, 6).
- CRÍADO BOADO, F. (2001) – “La Memoria y su Huella”. *Claves de Razón Práctica*. 115: 36-43.
- CRÍADO BOADO, F. (2005) – “Presentación del Laboratorio de Arqueología da Paisaxe (y otras cosas)”. *Arqueoweb: Revista sobre Arqueología e Internet* [em linha]. 7 (2) [Consultado em 2 de Março de 2010]. Disponível em <http://www.ucm.es/info/arqueoweb>.
- CRÍADO BOADO, F. e GONZÁLEZ, M. (1993) – “La Socialización del Patrimonio Arqueológico desde la Perspectiva de la Arqueología del Paisaje”. In *Actas del XXI Congreso Nacional de Arqueología*. Vigo. Vol. 1, pp. 261-266.
- ECHEVERRÍA, J. (2008) – “El Manual de Oslo y la Innovación Social”. *Arbor*. 732 (2): 609-618.
- FIGUEIREDO, E. (2003) – *Um Rural para Viver, Outro para Visitar: o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Dissertação de Doutoramento. Aveiro: Universidade de Aveiro.
- FIGUEIREDO, E. e MARTINS, F. (2001) – “Uma Voz lá Dentro... Expectativas, disposições e razões da população para participar no funcionamento do Parque Arqueológico do Vale do Côa”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*. 59: 145-171.
- REAL, F. (2011) – “Dados Essenciais do Parque Arqueológico do Vale do Côa”. *O Arqueólogo Português*. Série V. 1: 205-228.
- SANTANA, A. (1997) – *Antropologia e Turismo*. Barcelona: Editorial Ariel.
- SANZ LARA, J. A. (2004) – *Valoración Económica del Patrimonio Cultural*. Gijón: Ediciones Trea.
- SEMINARIO de Parques Arqueológicos (Madrid, 13-15 Dic. 1989) (1993) – Madrid: Dirección General de Bellas Artes y Archivos / Instituto de Conservación y Restauración de Bienes Culturales / Ministerio de Cultura.
- TRILLA, J. coord. (2004) – *Animação Sociocultural. Teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- ZILHÃO, J. (1998) – “The Rock Art of the Côa Valley, Portugal: significance, conservation and management”. *Conservation and Management of Archaeological Sites*. London. 2 (4): 193-206.
- ZILHÃO, J. (2000) – “La Puesta en Valor del Arte Rupestre del Valle del Côa”. *Trabajos de Prehistoria*. Madrid: CSIC. 57 (2): 57-64.
- ZILHÃO, J. coord. (1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996*. Relatório Científico ao Governo da República Portuguesa elaborado nos termos da Resolução de Conselho de Ministros n.º 4/96.